

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NUM BAIRRO POPULAR (uma experiência em Pirajá, Salvador/BA)

FÁBIO ANGEOLETTO*

“Não é possível considerar a reestruturação urbana ecológica apenas de um ponto de vista exclusivamente teórico. A obtenção de soluções factíveis depende de uma relação estreita entre a teoria e a prática, assim como da cooperação entre as diversas disciplinas e dos principais agentes sociais. Os novos procedimentos de planejamento e as novas tecnologias devem ser desenvolvidos e analisados em situações urbanas reais (...)”
(Eckhart Hahn, 1998)

1. INTRODUÇÃO

O bairro de Pirajá, localizado em Salvador (Bahia), coaduna-se à visão clássica de periferia, sendo, deste modo, o registro visível, no espaço, dos mecanismos de segregação e exclusão que se traduzem em habitações insuficientes e de má qualidade e pela inexistência de infra-estrutura básica e transporte coletivo deficiente (Grostein, 1990: 33; Paviani, 1994: 182). Além da falta de infra-estrutura, o bairro sofre com os altos índices de criminalidade, sendo considerado o mais violento do Subúrbio Ferroviário (*Projeto Ecoscâmbio*, in Angeoletto, Serpa e Souza, 1996: 8).

A história do bairro é marcada pela exclusão sócio-espacial comum às periferias brasileiras. Falta de arborização, equipamentos de consumo coletivo,

saneamento básico e emprego são problemas que resistem aos anos, sendo reportados continuamente pela imprensa soteropolitana¹. À segregação espacial e às carências somam-se as poucas opções de lazer, fatos que contribuem para o aumento da violência urbana. O professor de economia da Universidade de Chicago (EUA), Alexandre Sheinkman, comparou vários indicadores sociais com as taxas de violência em centenas de cidades norte-americanas, constatando que “*não há nenhuma relação entre renda e crime*”. Daí o sucesso da tese do *capital social* (fundada nas relações que um indivíduo tem e que são capazes de integrá-lo, evitando a marginalidade), que é medido pela força das igrejas, da família, da escola, dos centros comunitários, *dos espaços para lazer* (cf. Dimenstein, 1999). Há, portanto, uma relação entre o fato de Pirajá estar listado entre os bairros mais violentos da capital baiana e sua extrema escassez de espaços de socialização, já que dispõe de duas praças somente.

O bairro pode ser subdividido em três *tecidos urbanos* distintos: um de crescimento não-planejado (Pirajá) e dois planejados e construídos pela Companhia de Habitação e Urbanização da Bahia/Urbis (Pirajá I e II). Entretanto, dada a homogeneidade e a origem comum dos tecidos planejados, e para efeito de comparação com o tecido espontâneo, resolvemos agrupá-los em uma só massa, doravante chamada de Pirajá P.

Tanto em Pirajá quanto em Pirajá P é flagrante a escassez de arborização e espaços de lazer e socialização. Se no tecido espontâneo essa escassez é em grande parte consequência da produção não-planejada das moradias e de seus espaços livres, em Pirajá P não houve qualquer preocupação da Urbis em arborizar as ruas. Quando entregue aos moradores, em 1981, coube aos mesmos as iniciativas para a arborização do tecido planejado.

Pirajá conta apenas com uma praça, assim como Pirajá P. As praças de Pirajá são um excelente material didático para uma aula de procedimentos *a serem veementemente evitados* pelos urbanistas. A praça General Labatut, na porção “espontânea” do bairro, foi reformulada em 1998, no bojo das come-

1. Apenas a título de ilustração, ver: “Pirajá abandonada quer festa por Independência”. *A Tarde*. Salvador, 7 de março de 1972; “Beleza e história ao abandono: Pirajá”. *A Tarde*. Salvador, 20 de junho de 1975; “Falta quase tudo no Subúrbio de Pirajá”. *A Tarde*. Salvador, 9 de julho de 1982; “Pirajá lembra batalha e luta por melhorias”. *A Tarde*. Salvador, 12 de julho de 1982; “Moradores de Pirajá têm muitas queixas”. *A Tarde*. Salvador, 8 de fevereiro de 1988; “Pobreza e divisão nas ruas do Pirajá”; “Carnes são expostas a impurezas”; “Buracos e esgotos nas ruas”. *Tribuna da Bahia*. Salvador, 8 de maio de 1988.

morações dos 450 anos da cidade do Salvador, com a plantação, pela Prefeitura, de duas palmeiras e 144 m² de área gramada em seus 1500 m² de área total². A reforma evidencia pouco interesse dos técnicos por questões inerentes à ecologia urbana e ao paisagismo no que se refere à decisão de gramar quase 10% da área da praça. Ora, a grama é um tipo de vegetação que requer cuidados intensivos, principalmente regas, com grande consumo de água, sendo pouco atrativo à fauna silvestre (cf. Bugin e Marterer, 1990). Frondosas amendoeiras que sombreavam a praça foram arrancadas e no seu lugar foram plantadas duas tímidas palmeiras, que sucumbiram, mesmo destino de grande parte do gramado.

A virtual ausência de vegetação na praça motivou um protesto formal de uma Associação de Moradores do bairro, denominada *Pirajá rumo ao Terceiro Milênio*, a qual, depois de várias solicitações de replantio desconsideradas pela Superintendência de Praças e Jardins da Prefeitura, plantou, no Dia da Árvore de 1999, uma muda de *pau-brasil* onde antes se situava uma das palmeiras. A praça da área planificada, construída pela Urbis, por ser mal localizada — no início da única via de acesso ao tecido — atrai poucas pessoas e se encontra abandonada.

Estranhamente, a Urbis reproduz em Pirajá P problemas comuns no tecido espontâneo: grande parte das ruas é constituída de vielas estreitas (o que dificulta a arborização) e a maioria das residências não tem quintal ou ao menos uma nesga de terra que pudesse comportar alguma vegetação. Muitos moradores abriram a golpes de picareta o concreto que revestia a porção de área livre de suas casas com o intuito de cultivar plantas medicinais, ornamentais ou frutíferas.

Os vegetais (sobretudo as árvores) proporcionam benefícios que tornam a vida dos moradores das cidades mais saudável. A vegetação possui grande capacidade de alterações microclimáticas, já que as grandes massas de vegetação atuam como termostatos, amenizando temperaturas extremas: uma árvore adulta chega a lançar 400 litros de vapor d'água por dia/m² de área, resultando no mesmo efeito térmico produzido por cinco condicionadores de ar com capacidade de 2500 kcal/h cada um, funcionando vinte horas por dia. Uma arquitetura de exteriores conseqüente contribui para a economia de energia elétrica. É importante ressaltar que a demanda por energia nos ecossis-

2. Cf. "Obras de urbanização em praça já estão prontas". *Correio da Bahia*, Salvador, 14 de setembro de 1998.

temas urbanos produz impactos, através da construção de hidroelétricas que provocam a inundação de terras de interesse social e ecológico.

Entre os principais usos arquitetônicos da vegetação estão a organização do ambiente externo e a criação de espaços (cf. Booth, 1983: 69-82; Lacombe, 1993: 1; Lemenhe, 1997: 165-166; Santos e Carvalho, 1997). A vegetação pode ser usada como muros, tetos e pisos numa paisagem, pode definir e organizar o espaço. O senso de espaço depende de delimitações criadas por modificações, seja no nível do solo ou em outro plano. Sem uma definição física por barreiras, pode-se criar, no nível do solo, espaços implícitos com o uso de grama ou arbustos de pequeno porte.

A vegetação retira do ar poluição e poeira através da fotossíntese e a partir de materiais oleosos presentes nas folhas. Ruas arborizadas apresentam até 70% menos poeira em suspensão em relação às ruas não-arborizadas. Quanto aos poluentes químicos, as espécies vegetais biofiltram compostos como SO_2 (dióxido de enxofre), NO_2 (dióxido de azoto) e O_3 (ozônio), dentre outros. Além da capacidade de retirar poluentes da atmosfera, Lapoix afirma que as árvores possuem também uma ação antimicrobiana: comparando a quantidade de germes no ar de uma floresta em Fontainebleau (França) com a quantidade existente no ar de uma grande loja de Paris, o autor chegou às seguintes cifras: *50 germes/m³ na floresta contra 4.000.000 germes/m³ na loja* (apud. Milano, 1988: 6).

Há, inclusive, benefícios psicológicos. O psicólogo Roger Ulrich submeteu à observação pares de pacientes que haviam sofrido um mesmo tipo de operação e tinham em comum variáveis como sexo e idade. Os pacientes foram colocados em dois quartos idênticos, exceto pela vista que se tinha da janela: um muro de tijolos no primeiro e árvores no segundo. Aqueles hospitalizados no segundo quarto tiveram um período pós-operatório menor, o que sugere que a vista da vegetação teve influência terapêutica.

Por seu turno, Hudson calculou que somente os benefícios oriundos da mitigação da poluição cobrem cerca de 60% dos custos de manutenção das árvores urbanas (apud. Kielbaso, 1994: 5). Somando-se a isto a capacidade da arborização urbana em reduzir o consumo de energia, este percentual eleva-se para 72%, o que por si só já justifica economicamente o plantio e a manutenção da arborização urbana. Como um critério de planejamento paisagístico, recomenda-se, a utilização de árvores com pecíolos grandes³,

3. Em botânica, chama-se pecíolo à parte estreita que liga o limbo de uma folha ao caule, perto do qual se alarga muitas vezes numa bainha (Nota da Redação).

numerosas folhas e folhas com pelos, pois espécies com essas características apresentam uma maior capacidade de absorção de poluentes.

Apesar das vantagens incontestáveis, o planejamento da arborização permanece incipiente no Brasil. Mesmo nos Estados Unidos, que têm uma sólida tradição em arborizar suas cidades, apenas 38% delas podiam estimar o número de suas árvores e 17% possuíam um plano de manejo (cf. Kielbaso, 1994: 8). É bastante plausível que a desconsideração da vegetação como elemento do projeto arquitetônico ocorra na maioria das cidades brasileiras. Em Fortaleza (CE), uma pesquisa orientada pelo autor constatou não existir, por parte da Prefeitura, uma política de arborização urbana. Essa desconsideração é deveras lamentável, dados os benefícios oriundos da presença de espécies vegetais nos sistemas ecológicos urbanos.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Há dois tipos de espaços preferenciais para a introdução de vegetação: os espaços públicos livres de edificações (ruas, praças, largos etc.) e os quintais (espaços privados). As centralidades dos bairros são as que geralmente sofrem intervenções por parte do poder público, na medida em que concentram um grande número de pessoas e nas quais as obras realizadas têm *visibilidade*, um atributo de óbvia importância em termos eleitorais. O mesmo não se verifica nos espaços de caráter local, isto é, aqueles cujos usuários são principalmente moradores, pessoas que residem em suas proximidades. Não obstante, a construção de praças locais pode contribuir para desafogar o uso de espaços centrais.

Para descobrir esses espaços locais, geralmente contíguos às edificações de seus usuários, lançou-se mão do *método de sintaxe espacial*, de modo a descobrir no bairro *vazios* que tivessem *vocação* para serem transformados em pequenas praças arborizadas. No Brasil, o pioneiro na utilização deste método como uma ferramenta para o planejamento paisagístico e ambiental foi o professor Angelo Serpa, coordenador do Projeto Espaço Livre para a Pesquisa e Ação, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), num estudo de caso realizado nos bairros de Plataforma e Cajazeiras, ambos na capital baiana (cf. Serpa, 1998: 189-216). Tal método é derivado da Teoria de Sintaxe Espacial, segundo a qual determinadas condições de contato social no espaço público e a apropriação social do espaço urbano são, em grande parte, condicionadas por arranjos morfológicos, ou seja, a maneira como se dispõem e se relacionam entre si os diversos elementos arquitetônicos que

abrigam as atividades humanas e o espaço público, espaço de relação. Assim, dependendo de suas regras compositivas, esses arranjos morfológicos propo-riam, eles mesmos, um certo potencial de contato social (Rigatti, 1995: 144).

As premissas da sintaxe espacial têm sido desenvolvidas pela Bartlett Scholl of Graduated Studies, da University College of London (UCL), capitaneada especialmente pelos arquitetos Bill Hillier e Julienne Hanson, desde a década de 1970. Seu principal objetivo consiste em investigar e compreender melhor a relação entre o comportamento humano e o ambiente construído. Para seus teóricos, a compreensão do movimento e a comunicação são essenciais para o sucesso de espaços públicos e privados e, para tanto, é a configuração do espaço, sobretudo, quem determina o movimento e a interação das pessoas no ambiente construído. Usando técnicas computacionais, os pesquisadores do Space Syntax Laboratory, na UCL, podem atualmente simular e prever, por exemplo, os efeitos mais desejáveis no que concerne à movimentação de pedestres e veículos nos centros urbanos. Para Bill Hillier, a maneira como os espaços estão conectados determina o quanto eles serão usados, relação que pode ser prevista matematicamente. De acordo com Rigatti a sintaxe espacial

tem-se mostrado como importante instrumento tanto de análise como de intervenções urbanísticas pelas possibilidades de estabelecer relações entre as instâncias sociais e espaciais (1995: 144)

Disto deriva que o método esteja sendo aplicado por pesquisadores de áreas distintas, tais como planejamento urbano e ambiental, antropologia, sociologia e geografia urbana. Optamos aqui por não discutir as minúcias relativas à aplicação do método de sintaxe espacial e à análise dos dados (realizada com o auxílio de um *software*)⁴. Para os propósitos deste artigo, é mister esclarecer que, através da aplicação do método, alguns espaços com vocação para serem transformados em praças foram detectados e um deles foi escolhido para um exercício de planejamento ambiental participativo, do qual participaram o autor e os moradores do local.

3. PLANEJANDO COM E PARA OS MORADORES DE PIRAJÁ

Dentre os principais problemas enfrentados na implantação e manutenção da arborização, dois não são resolvidos no âmbito técnico: a omissão da comunidade em relação ao plantio e à conservação de áreas verdes e a tímida

4. Os interessados poderão encontrar informações detalhadas em Angeoletto (2000). Para obter cópia em disquete da referência, basta escrever para fangeoletto@bol.com.br.

prioridade política (poucos recursos) atribuída aos programas de arborização (Mesquita, 1996: 85). Uma alternativa para contornar a falta de recursos é o envolvimento da população na execução dos plantios, de modo a estabelecer uma relação afetiva entre a comunidade beneficiada e a vegetação plantada, facilitando assim a manutenção do arvoredo (idem: 87).

As proposições de Mesquita estão corretas, porém, é desejável ir além e buscar a participação da população não apenas na execução mas também no planejamento da arborização, principalmente quando a vegetação será usada para estruturar espaços para o usufruto dessas pessoas (cf. Fox, Koeppel et al., 1985: 80). O planejamento deve obedecer a princípios que permitam a apropriação do espaço urbano pela população e o planejador deve atuar fomentando um processo participativo de planejamento. É preciso que os planejadores se detenham mais no cotidiano daqueles para quem planejam, requerendo, pois, uma linguagem de conciliação de interesses entre os planejadores e os membros da comunidade (Serpa, 1995: 135; 1996: 284).

Caso atuem como facilitadores, os planejadores podem contribuir para que os membros da comunidade para a qual se está planejando tenham voz ativa, quer dizer, interfiram de fato na montagem do plano, revelando seus anseios em relação às futuras modificações que seu bairro sofrerá (Serpa, 1999a: 17). A esta categoria de planificação chamaremos *planejamento participativo*, e os próximos parágrafos serão dedicados a sua conceituação e à exploração de suas vantagens e dificuldades.

O planejamento participativo reside numa ampla discussão da construção do futuro da comunidade na qual participe o maior número possível de membros das categorias que a compõem. Mais do que uma atividade meramente técnica, é um processo político vinculado às decisões de uma maioria e em benefício dessa maioria. Assim, ele passa a constituir-se num conjunto de instrumentos técnicos a serviço de uma causa política, pois que elas são usadas para atingir de modo mais rápido e eficaz os objetivos determinados pela coletividade. Esta passa, então, a ser sujeito da história, pois compreende que desenvolvimento não é um pacote de benesses dadas à população, mas um processo no qual ela própria adquire maior domínio sobre seu próprio destino (cf. Cornely, 1980: 1-3).

Não há paralelo, portanto, entre o planejamento participativo e simples reuniões entre planejadores do poder público e a comunidade, para que esta legitime determinadas decisões tomadas nos gabinetes, sem sua participação.

Tampouco é participativo um planejamento que contacta setores comunitários apenas para a execução de planos previamente preparados sem qualquer participação popular (ibidem). Vejamos algumas das vantagens do planejamento participativo:

- 1) proporciona uma imagem favorável da população envolvida junto ao plano ou projeto em elaboração;
- 2) com a participação maciça, é possível a obtenção de dados qualitativos, evitando que o conhecimento sobre a área e a comunidade seja apenas quantitativo, ou seja, retrate apenas parte da realidade;
- 3) estimula a comunidade a tomar conhecimento de seus problemas reais e desenvolver sua criatividade na busca de soluções;
- 4) como produto de um processo participativo tem-se um plano de metas mais adaptado à realidade que se quer mudar;
- 5) o risco de abandono do(s) plano(s) por uma posterior administração municipal é diminuído, pois a comunidade, organizada, terá condições de pressionar os administradores a levarem o(s) plano(s) avante (idem: 4-5).

Um bom exemplo de como o planejamento paisagístico que não envolve futuros usuários é pouco produtivo aconteceu nos Estados Unidos. Entre 1976 e 1982, o HPD, um órgão do município de Nova Iorque, planejou e executou, sem qualquer participação dos futuros usuários, 96 espaços abertos, ao custo de US\$ 3,6 milhões. O resultado: a maioria desses espaços foi completamente abandonada e/ou sofreu ação de vândalos. Nova Iorque compreendeu que é melhor trabalhar com a comunidade do que apenas fazer coisas para ela. O processo de participação popular não é simples, mas resulta em maiores benefícios à comunidade. As atividades de planejamento de espaços abertos podem ser o germe para outras atividades que requeiram participação popular (cf. Fox, Koepfel et al., 1985: 77-78).

A participação popular é o fator mais importante para o sucesso dos espaços públicos arborizados. Em Nova Iorque, 73% dos participantes em projetos de praças, parques, hortas e jardins declararam como principal motivo de seu envolvimento a possibilidade de limpar e embelezar seu bairro. Usando plantas para mudar a imagem dos bairros, os espaços criados desenvolveram um senso de orgulho nos moradores. Pessoas que se movimentam nesses locais chegaram a mudar suas rotas, caminhando mais apenas para poder passar/passear por eles (idem: 68).

Para Araújo, Araújo et al (1997: 25), programas municipais de arborização que não contam com o apoio e a participação da população estão fadados ao fracasso. O êxito dos planos de arborização de cidades como Maringá e Curitiba, municípios paranaenses que estão entre os mais arborizados do Brasil, é principalmente uma consequência do forte apoio popular (Milano, 1984: 212-213). A arborização de espaços abertos é uma ótima atividade de organização da comunidade porque proporciona um rápido e pouco custoso símbolo visual do esmero comunitário (cf. Fox, Koeppel et al., 1985: 69).

São muitas as vantagens de proceder-se um planejamento que leve em conta a real participação da população a ser beneficiada pelo projeto. O que Mesquita, Cornely, Milano, Fox, Koeppel e outros autores não explicitam são as dificuldades de se levar a cabo essa categoria de planejamento. Nos anais de Encontros e Congressos sobre arborização urbana, vários autores defendem a participação popular na prática da arborização, sem, contudo, delinear um *método* de trabalho que permita o sucesso na planificação e execução de projetos de maximização da diversidade vegetal nos biomas urbanos.

Outrossim, entendemos que é útil registrar a seguir algumas dificuldades inerentes ao planejamento participativo. Também é pertinente descrever uma experiência de planejamento conjunto entre o autor e moradores de Pirajá, a qual resultou na execução de uma pequena praça arborizada, cuja área foi escolhida pela aplicação do método de sintaxe espacial. Pretendemos contribuir para o estabelecimento de uma abordagem metodológica que facilite a adoção do planejamento participativo pelos urbanistas, o que infelizmente não tem sido uma constante, segundo Yamada (1995: 36).

A principal dificuldade está na apatia da população, fruto do fraco engajamento sociopolítico da moderna sociedade de massas, as palavras de Hannah Arendt (apud. Forattini, 1996: 332). A apatia também tem como causa a relação viciada entre poderes públicos e comunidades. Os moradores de Pirajá já se acostumaram a promessas abortadas, não cumpridas, feitas pelos poderes públicos e por candidatos. Além das promessas não concretizadas, é comum que os moradores recebam materiais de candidatos (a exemplo da *doação* de cimento para asfaltar vielas do bairro), numa prática perniciosa, o clientelismo. Conjugadas à apatia estão as diferenças culturais entre os planejadores, vindos de um ambiente acadêmico e de bairros onde os problemas que buscam resolver em geral não existem (um outro *mundo*, portanto), e os moradores. Os técnicos têm uma linguagem e uma motivação diferentes daquelas dos grupos locais por estarem vinculados às esferas de poder e não às redes locais.

Esse desencontro de linguagens torna o relacionamento entre planejador e comunidade superficial, como afirma Villasante (apud. Serpa, 1999a: 17). As distinções entre aspirações e linguagens podem produzir um autêntico “diálogo de surdos”, resultando na não-participação da comunidade, o que, é óbvio, determina o fracasso da planificação conjunta.

4. DEFININDO UMA METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Uma medida fundamental a ser tomada pelo planejador que busca uma real e efetiva participação comunitária na elaboração de um projeto é a identificação das *redes* que determinam as relações sociais do grupo. É vital que uma maior atenção seja dada a estruturas como redes de parentesco, grupos de trabalhadores, cooperativas e associações, usadas tanto para disseminar informações e conhecimento como para recrutar a participação na melhoria de bairros (cf. Campbell, 1992: 182; 194). As relações sociais são múltiplas e continuamente escapam aos técnicos, por isso precisamos entender o jogo de suas redes complexas, com seus variados tipos de vínculos, frequentemente variáveis. Num primeiro olhar, de maneira muito imediata e cotidiana, constatamos a existência de redes primárias (familiares, de amizade ou vizinhança), cujos vínculos são fortes e cuja convivência tem suas próprias regras peculiares (cf. Villasante, 1998).

Tomás Villasante distingue três redes: (i) a do *poder*, (ii) a dos *grupos organizados* (organizações não-governamentais, associações populares etc.), que perfazem, no máximo, 5% da população e (iii) as *submersas*, onde se encontra a esmagadora maioria da população. Estas redes informais, do cotidiano, são facilmente construídas (*idem*). Do tecido social de base informal (vizinhança, parentesco) surgem redes submersas com maior estabilidade e permanência do que as redes associativistas, que tem como unidade focal a associação de moradores. É o que se verifica em Pirajá, cuja Associação de Moradores não influencia as redes submersas. Ao se aproximar dos membros das redes submersas, o planejador percebe que não tardam a aparecer os porta-vozes, líderes informais, que falam pelo grupo. Esses *comunicadores* são essenciais para o desenvolvimento de um processo de participação e cidadania (*ibidem*).

Ao anunciarmos nossa intenção de estabelecer uma parceria que redundasse na construção de uma pequena praça arborizada, logo se destacou uma moradora, Gorette, que desde o primeiro contato abraçou entusiasticamente a idéia. Ela atuou organizando as reuniões sempre que solicitávamos um

novo contato com os moradores interessados. Foram seis reuniões, com uma participação média de treze pessoas, majoritariamente mulheres. Seus maridos, amigos ou parentes muitas vezes estavam presentes, mas preferiam não participar diretamente. Na primeira reunião foi apresentado um projeto prévio, a sugestão dos planejadores para a área, um ponto de partida na negociação dos anseios dos técnicos e da população envolvida. Cópias do mesmo foram distribuídas, com as devidas explicações, para apreciação geral, mesmo daqueles que não haviam participado.

Na segunda reunião foram registradas as opiniões dos moradores a respeito do projeto prévio, além de suas idéias e desejos para o espaço que estava nascendo. Duas reivindicações prevaleceram neste encontro: que o espaço tivesse algum equipamento de lazer infantil e que um córrego poluído que corta a área da praça fosse canalizado. As mães declararam-se bastante preocupadas com seus filhos pequenos, que muitas vezes costumavam frequentar um descampado onde era comum a presença de usuários de drogas. Também as deixava aflitas o contato das crianças com as águas contaminadas do córrego, daí a veemência de suas aspirações em transformar o espaço num local seguro para seus filhos.

Cópias da planta baixa da fração foram distribuídas aos participantes da terceira reunião para que os mesmos desenhassem o que imaginavam para a praça. Algumas casas da planta foram marcadas para facilitar o reconhecimento do terreno. Houve uma resistência considerável dos moradores, pois eles alegaram que “*não sabiam desenhar*”, “*que iria ficar feio*” etc. Foi preciso explicar que não importava a beleza do traço e sim as idéias registradas nas cópias. Os participantes ficaram responsáveis pelo levantamento da situação fundiária do espaço, isto é, se a área não pertencia a um ou mais donos. A maioria dos desenhos contém quadras esportivas, vegetação e equipamentos para o lazer infantil. Quadras esportivas cimentadas estavam fora das possibilidades financeiras, além de contrariar as metas do autor em termos da maximização da vegetação em Pirajá (cf. Serpa, Angeoletto et al, 1997: 66-67).

O planejamento participativo demanda insumos na forma de educação para a capacitação progressiva dos *cômunas*. É bastante provável que a comunidade cometa erros, cabendo ao técnico argumentar e defender seus pontos de vista perante a mesma, mas isso deverá ser feito de forma didática, demonstrando claramente o raciocínio e munindo a comunidade de instrumentos que a permitirão decidir melhor (Cornely, 1980: 9). E desta forma procedeu-se,

explicando aos participantes a importância da arborização, suas vantagens em relação à hipotética pavimentação da área.

Boas e más notícias permearam a quarta reunião. Os participantes foram informados de que haveria recursos da União Européia garantidos para a praça (cerca de US\$ 850,00), o que lhes causou grandes júbilos. Dois *donos* foram identificados: um permitiu sem problemas a execução da praça em seu terreno mas o outro não, o que diminuiu a área livre disponível⁵. Não fora a primeira negativa à realização do projeto: antes de contarmos os moradores do *Buraquinho* (nome dado por eles ao entorno imediato de suas casas), houve uma tentativa anterior de realização da praça em um outro espaço, cujo *dono* negou-se veementemente a ceder o terreno, a não ser em caso de compra, questionando a validade de “fazer uma praça para vagabundos” (no caso, seus vizinhos). Aliás, poucas horas após esse diálogo tenso o referido *proprietário* imediatamente cercou sua posse com arame farpado. Vale observar que seu terreno está localizado numa área de extrema pobreza do bairro. Não é precipitado, pois, afirmar que, naquele *locus*, a miséria é desagregadora, fragilizando a existência de redes submersas.

A quinta reunião foi a que registrou um maior número de participantes (26). Seu objetivo foi o estabelecimento de um cronograma de ações. Pela primeira vez a presença masculina foi grande (cerca de dez participantes). Uma surpresa agradável foi a capacidade de organização dos interessados: ao longo das duas horas de reunião logo se formou uma comissão de pedreiros, responsável pela execução da canalização do esgoto e da construção dos bancos, as mulheres tomaram a si a tarefa de limpeza da área e de auxiliar os plantios, numa etapa posterior à canalização, e ao responsável técnico coube a tarefa de comprar os materiais necessários, cuja lista foi fornecida pela comissão de pedreiros.

No final da sexta reunião, onde se decidiu pela construção de uma gangorra e um balanço para o lazer infantil, um dos participantes me perguntou se eu tinha a intenção de candidatar-me a vereador. Diante da minha surpresa ele

5. O termo *donos* aparece em itálico porque, na verdade, poucos são os reais proprietários dos lotes que habitam (em geral, os terrenos são ocupados). De todo modo, senhor José, o segundo proprietário, ao notar a movimentação para a limpeza da área e execução da praça, posteriormente permitiu que seu lote fosse incorporado ao projeto, não para o plantio de árvores e locação de bancos, como previsto originalmente, mas ao menos para a colocação de duas pequenas traves de metal para a prática do “baba” (pelada, futebol) pelas crianças e adolescentes.

se explicou: disse que “*nada era de graça*” e que, portanto, algum propósito eu deveria ter. Eu lhe respondi que não ambicionava me candidatar a nada e que meu propósito era relatar a experiência na minha dissertação de mestrado. Esse diálogo releva o clientelismo ao qual os moradores estão acostumados, no qual geralmente a concessão de benefícios está vinculada a uma troca (votos ou apoio à campanha de determinado candidato).

Os moradores pediram a iluminação da praça, já preocupados com possíveis ações de vandalismo. Foi interessante constatar que eles mesmos resolveram a questão: conseguiram a doação de uma lâmpada de sódio e a instalaram. Obtiveram também, por meio de doações, as varas de ferro necessárias à canalização. Trabalharam na canalização do esgoto sem a minha presença. Segundo seus relatos, foi um trabalho realizado por dezesseis homens coordenados pela comissão de pedreiros. Preferi estar ausente nesta fase de modo a estimular a *auto-organização* dos moradores. Fica evidente aqui que, se nos primeiros contatos foi necessário um *input* de mobilização (apesar das reuniões serem marcadas com antecedência, era preciso chamar as pessoas em suas casas), a partir do momento em que eles assumiram a parceria passaram a agir sem a presença do técnico.

Outros fatos corroboram essa afirmação. A decisão de transformar o terreno do senhor José numa quadra de chão batido para a prática de futebol e vôlei foi dos moradores, os quais construíram pequenas traves de madeira e compraram uma rede. É uma solução interessante, pois durante o dia crianças e adolescentes batem o *baba* e à noite, com a iluminação, os adultos jogam voleibol. Registre-se que esses usos têm atraído crianças e adultos de outros recantos do bairro, apesar do caráter local da praça. Também é digna de menção uma festa de inauguração que as mulheres organizaram. Elas arrecadaram algum dinheiro, usado para a confecção de doces e salgados e para a compra de refrigerantes.

A preocupação com vândalos e a auto-organização dos moradores sinaliza um comprometimento com a gestão da futura praça, sem dúvida o maior desafio: a manutenção do espaço. Mais complexo do que transformar um antigo ponto de lixo em uma praça arborizada é garantir sua permanência. No relato de uma experiência similar de planejamento urbano participativo ocorrida em Plataforma (também em Salvador), Angelo Serpa (1999) demonstra sua preocupação em associar os trabalhos a um morador, pois conflitos latentes entre vizinhos podem originar práticas de retaliação e não-participação.

Como dissemos anteriormente, a moradora Gorette atuou como porta-voz do grupo em parte por sua adesão incondicional ao projeto e também por ser uma das poucas pessoas da área com telefone, o que facilitava o andamento dos trabalhos. Inicialmente esta escolha trouxe alguns problemas. Surgiu o boato de que a praça, depois de concluída, seria cercada com arame farpado e só Gorette e os demais participantes poderiam utilizá-la. Ato contínuo, sacos de lixo começaram a reaparecer na área (durante anos, os moradores preferiram deixar o lixo acumular próximo às suas casas do que subir uma ladeira para depositá-lo no container da Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana do Salvador). Alguns moradores resolveram reverter a situação e conseguiram, não sem alguns conflitos. Foi uma clara retaliação à possibilidade de *privatização* do local. Felizmente, a questão foi contornada, explicitando-se nas reuniões o caráter público da praça e esclarecendo-se o papel de Gorette.

5. ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE OS ASPECTOS TÉCNICOS DA EXECUÇÃO DA PRAÇA

Espaços de recreação infantil contribuem enormemente para o desenvolvimento das crianças. Estudos com animais jovens e evidências indiretas provenientes de crianças indicam que um ambiente sensorial rico no início da existência pode determinar a extensão do futuro desenvolvimento mental (Ehrlich, 1974: 192-193)⁶. As desvantagens das grandes cidades — poluição, falta de infra-estrutura e *pouquíssimas oportunidades de recreação*, entre outros — são bastante intensificadas para os pobres, mas muitos desses problemas poderiam ser sanados ou pelo menos abrandados por um “*projeto mais criativo das casas e seus arredores*” (idem: 190; 192).

Entretanto, espaços livres de edificação devem ser projetados para atender a múltiplas funções que não apenas a recreação: as árvores e demais plantas desses espaços podem atuar retirando poluição do ar e contribuindo para o estabelecimento de climas mais amenos. Arborizar é barato e talvez esse seja o mais importante argumento na defesa de projetos de arborização, pois é aquele que possui maior apelo entre os burocratas. Com os US\$ 850,00 repassados pela União Européia foi possível executar uma pequena praça arborizada em Pirajá. É importante enfatizar que, no caso da praça, 54% dos

6. Ver também: “Ambiente rico estimula novas ligações”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 de fevereiro de 2000.

recursos foram utilizados para a canalização do esgoto, sem o que não seria possível a execução do projeto.

Futuramente, algumas idéias poderiam ser postas em prática no bairro. Outras áreas detectadas pela aplicação do método de sintaxe espacial poderiam ser transformadas em praças locais através de exercícios de planejamento participativo que estimulassem a gestão comunitária dos espaços. Como o bairro (incluída a porção planejada) em geral possui ruas estreitas, o plantio de árvores ou arvoretas nestas vias poderia ser feito em recipientes funcionais e estéticos.

Em comparação com outras intervenções urbanas a arborização possui um baixo custo por habitante e sua execução pode contar com apoio e participação comunitária, principalmente no plantio, fiscalização e manutenção das mudas plantadas (cf. Souza, 1994: 233). A participação cidadã na vida da comunidade é um dos direitos assinalados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (cf. Alves, 1996: 447), daí porque projetos como o executado em Pirajá são uma forma de estímulo ao exercício deste direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, José Augusto Lindgren. "Direitos Humanos: paradoxos desse fim de século". In **Anais da 48ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Volume 1**. São Paulo, SBPC, 1996.
- Angeoletto, Fábio. **Pirajá: um bairro e um parque. A vegetação como fator de aumento da biodiversidade e da qualidade de vida nos biomas urbanos**. Dissertação de Mestrado. Salvador, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (MAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2000.
- _____; Serpa, Ângelo e Souza, Vanusa. "Estudo dos quintais em Pirajá: ações para um aumento da diversidade vegetal em áreas próximas ao Parque Metropolitano". In **Anais da 48ª Reunião Anual da SBPC**. São Paulo, SBPC, 1996.
- Araújo, Michiko; Araújo, Antonio J. et al. "Métodos para pesquisar atitudes em relação à arborização urbana". In **Anais do VIIº Encontro Nacional sobre Arborização Urbana**. Belo Horizonte, Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU), 1997.
- Booth, Norman K. **Basic elements of landscape architectural design**. Nova York/Amsterdam/ Oxford, Elsevier, 1983.
- Bugin, Alexandre e Marterer, Bernd (coord.). **330 dicas de atitudes práticas para você contribuir com a saúde do nosso planeta**. São Paulo, Evolução Produções Culturais, 1990.
- Campbell, Tim. "Desenvolvimento urbano no Terceiro Mundo: dilemas ambientais e pobres urbanos". In Leonard, H. J. **Meio ambiente e pobreza: estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- Cornely, Seno A. **Subsídios sobre planejamento participativo**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1980.

- Dimenstein, Gilberto. "Mapa-múndi do crime iguala ricos e pobres". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de abril de 1999.
- Ehrlich, Paul R. **População, recursos e ambiente: problemas de ecologia humana**. São Paulo, Polígono, 1974.
- Forattini, Oswaldo P. "A sociedade moderna e a qualidade de vida". In **Anais da 48ª Reunião Anual da SBPC. Volume 1**. São Paulo, SBPC, 1996.
- Fox, Tom; Koeppl, Ian et al. **Struggle for space: the greening of New York City (1970-1984)**. Nova York, Neighborhood Open Space Coalition, 1985.
- Grostein, Marta Dora. "Uma cidade por refazer: a periferia paulistana". *Revista da USP*, 5: 33-38. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1990.
- Kielbaso, J. James. "Urban forestry: the international situation". In **Anais do Vº Encontro Nacional sobre Arborização Urbana**. São Luís, SBAU, 1994.
- Lacombe, Fanny Talice. **El vegetal y su uso arquitectónico**. Montevideu, Universidad de la Republica, 1993.
- Lemenhe, José Antonio O. P. "Paisagem urbana e utopias". In Silva, José Borzachiello e Costa, Maria Lustosa (org.). **A cidade e o urbano**. Fortaleza, Editora da Universidade Federal do Ceará (UFC), 1997.
- Mesquita, Liana de Barros. **Arborização do Recife: novas técnicas para ajustes na execução e manutenção**. Recife, Editora Universitária, 1996.
- Milano, Miguel S. **Avaliação e análise da arborização de ruas de Curitiba (PR)**. Dissertação de Mestrado. Curitiba, Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1984.
- _____. **Avaliação quali-quantitativa e manejo da arborização urbana: o exemplo de Maringá (PR)**. Tese de Doutorado. Curitiba, Pós-Graduação em Engenharia Florestal da UFPR, 1988.
- Paviani, Aldo. "A lógica da periferização em Áreas Metropolitanas". In Santos, Milton (org.). **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1994.
- Rigatti, Décio. "Apropriação social do espaço público: um estudo comparativo". **Paisagem & Ambiente: Ensaios**, 7. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, 1995.
- Santos, Aurora G. F. A. e Carvalho, Adilson de. "Arborização: intervenção em espaços público abertos". In **Anais do VIIº Encontro Nacional sobre Arborização Urbana**. Belo Horizonte, SBAU, 1997.
- Serpa, Angelo. "Paisagem e percepção da paisagem: estudos de caso na Áustria e no Brasil". **Paisagem & Ambiente: Ensaios**, 7. São Paulo, FAU/USP, 1995.
- _____. "Planejamento ambiental participativo: uma solução para o Subúrbio Ferroviário de Salvador?". In **Anais do VIº Colóquio Internacional sobre Poder Local: Redes Organizacionais, Desenvolvimento Local e Qualidade de Vida**. Salvador, UFBA, 1996.
- _____. "Os espaços livres de edificação nas periferias urbanas: um diagnóstico preliminar em São Paulo e Salvador". **Paisagem & Ambiente: Ensaios**, 10. São Paulo, FAU/USP, 1998.
- _____. "Gestão participativa do espaço público em Plataforma, Salvador". In **Anais do VIIIº Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Salvador, Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (NEPOL) do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) da UFBA, 1999.
- _____. "Planejamento e participação". **Jornal Soterópolis**, 12. Salvador, ago.-set., 1999a.
- _____; Angeoletto, Fábio et al. "Espaço livre para Pesquisa/Ação: uma experiência de planejamento ambiental participativo no Subúrbio Ferroviário de Salvador". **Caderno de Resu-**

- mos do VIIº Colóquio Internacional de Poder Local.** Salvador, NEPOL/NPGA (UFBA), 1997.
- Souza, Maria A. L. B. “Implantação e execução de projetos de arborização urbana”. In **Anais do Vº Encontro Nacional sobre Arborização Urbana.** São Luís, SBAU, 1994.
- Villasante, Tomás R. **Participación e integración social**, 1998. [habitat.aq.upm.es, acessado em 30.04.1999]
- Yamada, Takashi. “Environmental management plan for Zushi City”. **Process: Architecture**, 127. Tóquio, Published by Process Architecture, 1995.

** Fábio Angeoletto é biólogo, mestre em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal da Bahia/UFBA) e Coordenador do Núcleo de Estudos em Ecologia Urbana e Planejamento Ambiental da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Do mesmo Autor, ver “A atuação de gestões municipais e organizações não-governamentais no Parque Metropolitano de Pirajá (Salvador, BA)” (Cadernos do CEAS, 199: 43-57. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 2002). [fangeoletto@bol.com.br]*